

**LENDO GRAMSCI EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19**Ana Lole¹Rodrigo Lima Ribeiro Gomes²

O presente dossiê temático, intitulado **Lendo Gramsci em tempos de pandemia da COVID-19**, desta edição n. 12 da Revista Eletrônica *Encontros com a Filosofia* (En_Fil), tem, como o próprio nome sugere, um duplo escopo: atualizar a interpretação da obra gramsciana, ao mesmo tempo em que se realiza um esforço compreensivo acerca da realidade social contemporânea, marcada por uma grave crise capitalista, impulsionada pelo advento da pandemia da COVID-19, que já vitimou mais de 1,5 milhão de pessoas pelo mundo, sendo mais de 175 mil delas no Brasil.

Num momento em que o espalhamento da COVID-19 pelo mundo provoca, além de tragédias pessoais, familiares e sociais, deslocamentos nas relações de forças internas aos países e no âmbito geopolítico, intentamos apresentar ao público posições intelectuais que contribuam para a compreensão do momento atual e para criar referências para ações políticas que apontem para uma situação mais favorável para as classes subalternas ao fim da pandemia. Para tal, temos a convicção de que o arcabouço teórico de Antonio Gramsci (1891-1937) fornece ferramentas intelectivas profícuas para dar conta dessas tarefas.

O ano de 2020 ficará marcado pelo negacionismo das autoridades governamentais frente a uma doença que vem ceifando milhares de vidas. O negacionismo da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2),

¹ Doutora em Serviço Social e Professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Membro da Coordenação Nacional da *International Gramsci Society Brasil* (IGS-Brasil). Pesquisador no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE/UFF) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS/PUC-Rio). E-mail: analole@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2991-3594>

² Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Adjunto do Instituto de Educação de Angra dos Reis da UFF (IEAR/UFF). Membro da Conselho Nacional da *International Gramsci Society Brasil* (IGS-Brasil). Pesquisador no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE/UFF).

evidenciou um cenário que estávamos vivenciando anteriormente, marcado por várias formas de ceticismos, tais como: de negação da ciência, de *fake news*, de negação do racismo, entre outros que acabam criando uma gestão do medo.

Diante da velocidade de disseminação do novo coronavírus, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou no dia 11 de março de 2020 a pandemia da COVID-19, para que os governos adotassem medidas preventivas, consideradas essenciais para “o combate ao espalhamento da COVID-19, no sentido da garantia do distanciamento social somado a auxílios econômicos para se contrapor aos impactos da quarentena nos empregos e nas empresas” (Cf. LOLE et al., 2020, p. 8).

Ao ser decretada a pandemia observamos que o neoliberalismo “confirma o controle capitalista totalitário sobre a vida”, pois o “neoliberalismo mostrou que convive perfeitamente com máquinas de morte [...]. Mas agora o vírus [...] montou um ensaio geral da vida neoliberal como um espetáculo que vemos acontecer online, com um contador necropolítico em tempo real” (GAGO; CAVALLERO, 2020). Necropolítica compreendida, segundo Achille Mbembe (2016, p. 123), como: “[...] a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais”.

A crise sanitária trouxe à baila as desigualdades sociais, uma vez que a palavra de ordem era “fica em casa”, a mesma não era tão democrática quanto ao vírus. Se o principal mecanismo para conter a disseminação do novo coronavírus era barrar a circulação de pessoas, muitas precisavam circular. Ou porque estavam nos serviços “ditos” essenciais, ou porque o seu trabalho era na rua. Se a ciência prevê que não haja circulação de pessoas, o Estado deveria criar condições para que essas pessoas que não possam circular não morram de fome. Mas o tivemos foi a agudização das desigualdades sociais nesses tempos de pandemia da COVID-19.

Diante do medo da perda do emprego, a classe trabalhadora fica sob intenso fogo cruzado: “Entre a situação famélica e a contaminação virótica, ambas empurrando para a mortalidade e a letalidade” (ANTUNES, 2020, p. 14). Neste contexto, ocorreram transformações no mundo devido a necessidade de manter o distanciamento social e, umas das principais alterações foi a implementação do trabalho remoto, o qual tem um “caráter sazonal, esporádico e eventual [...], uma vez

que o trabalho realizado em casa deve ser igual ao realizado no interior da empresa, com idêntica jornada diária” (ANTUNES, 2020, p. 19).

A crise provocada pela pandemia disparou uma série de eventos socioeconômicos danosos à população brasileira, com destaque para os efeitos no fechamento de empresas, em demissões massivas e na insegurança generalizada que a péssima situação do mercado de trabalho acarreta, como o crescimento do desemprego e do desalento, além das modalidades informais de trabalho, por vezes celebradas como “empreendedorismo”.

Contudo, a situação brasileira já era ruim antes do advento da pandemia, encontrando o país com muitas dificuldades de achar meios de gerar um desenvolvimento econômico consistente, inclusivo, redutor de desigualdades e ambientalmente sustentável. O resultado do Produto Interno Bruto (PIB) de 2019 foi bastante aquém das expectativas, mesmo com as sinalizações que o governo deu ao mercado, com promessas de reformas neoliberais, das quais entregou a da Previdência Social.

Apesar de todas as promessas, que expressam o programa político do golpe de 2016, cujo documento mais expressivo é o “Uma ponte para o futuro”, do PMDB, de 26 de outubro de 2015, a entrega em termos de desenvolvimento econômico e geração de empregos é pífia, mesmo antes da pandemia da COVID-19. Mas, é forçoso assinalar que a crise sanitária por ela provocada piorou as condições.

Contudo, o impacto negativo da pandemia, certamente, foi magnificado pelo modo, no mínimo, irresponsável com que o governo federal atuou e vem atuando durante a crise, negando sua gravidade, apartando de modo falacioso a situação da Saúde Pública da questão econômica, fazendo propaganda de remédios ineficientes, questionando recomendações científicas, como o distanciamento social e o uso de máscaras para conter o contágio, e, mais recentemente, encaminhando de modo ineficiente a questão da vacinação em massa da população brasileira.

Uma das poucas medidas efetivas do governo, o auxílio emergencial, que foi responsável por evitar uma recessão econômica mais profunda em nosso país – e mesmo gerando efeitos positivos mais ou menos inesperados, como a redução da pobreza e da desigualdade –, foi fruto de uma proposta encaminhada pelo Congresso Nacional, com grande peso da atuação das oposições, na medida em que, inicialmente, o governo ventilava autorizar as empresas a simplesmente dispensar

seus empregados, por quatro meses, sem pagar nenhum direito trabalhista, e conceder um auxílio de duzentos reais.

O ano de 2021 começará com grandes incertezas, tanto no que diz respeito às consequências socioeconômicas da crise, quanto aos seus desdobramentos sanitários, uma vez que vivenciamos um novo aumento no número de casos de COVID-19, o que tem sido, por vezes classificado como um fenômeno da “segunda onda” de contaminação de massa. O fim do auxílio emergencial significa que dezenas de milhões de brasileiros e brasileiras começarão o próximo ano sem nenhuma renda, o que levará a uma nova pressão no mercado de trabalho, aumentando o desemprego “oficial”.

Em breve o país entrará em recesso parlamentar sem que nenhuma decisão a respeito da continuidade do “orçamento de guerra” ou de outra modalidade de descumprimento do famigerado teto de gastos seja tomada. Com isso, a partir de 1º de janeiro, passam a vigorar novamente os efeitos orçamentários restritivos do teto de gastos, afetando os investimentos em saúde, assistência social e educação, por exemplo, tudo isso num contexto em que os efeitos da pandemia ainda estarão fortes entre nós. Para piorar, assistiremos à distância a vacinação em massa nos países de capitalismo central, enquanto o governo Bolsonaro aposta em uma única opção de vacina – ao menos por enquanto – a qual não se tem certeza de sua eficácia (AstraZeneca/Oxford), e não consegue apresentar um plano de vacinação factível à população brasileira.

O cenário que está sendo construído para os primeiros meses de 2021 é de profunda crise, para a qual os setores democráticos precisam estar preparados, uma vez que este tipo de cenário pode significar o aprofundamento do matiz fascista do governo. Para tal, acreditamos que o pensamento de Gramsci oferece um manancial de categorias de grande valor heurístico visando análises em profundidade das relações de forças sociais contemporâneas, tendo em vista o enfrentamento às ideias, aos valores e às práticas reacionárias. E trata-se precisamente do que os artigos publicados no presente dossiê procuram realizar: servir-se de categorias gramscianas para interpretar diversos aspectos da realidade contemporânea, com foco especial no contexto brasileiro – embora também contemos com contribuições de autores estrangeiros refletindo sobre a realidade de seus países.

O artigo de Javier Balsa, “Cinco crisis y una pandemia”, traz um debate sobre a crise de hegemonia no mundo anterior a chegada da Covid-19, formula algumas hipóteses sobre como a pandemia poderia estar afetando este contexto de crise e, finaliza apresentando três cenários possíveis para o pós-pandemia.

O artigo “Uma leitura gramsciana da conjuntura internacional da pandemia na perspectiva das relações de força” de Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos defende a hipótese preliminar apontando “ser a conjuntura histórica da pandemia em curso uma nova ‘tradução’ do fordismo enquanto hegemonia dos Estados Unidos, não se constituindo assim, enquanto evento conjuntural, numa ruptura de maior alcance que dê ensejo a uma nova temporalidade histórica em termos de uma grande transformação”. Passos realiza sua análise com base na metodologia histórica de Gramsci de relações de força.

Luciana Aliaga em seu artigo “A restauração reacionária no Brasil em tempos de pandemia” traz elementos sobre o autoritarismo brasileiro, apresentando os argumentos daqueles que o compreendem como uma reedição do fascismo. Aliaga utiliza o conceito de “revolução-restauração” para interpretar o bolsonarismo como forma específica do autoritarismo brasileiro.

O artigo de Claudio Reis “O intelectual orgânico do bolsonarismo e o caso da pandemia” recupera o conceito de intelectual para Gramsci para mostrar ao leitor a função intelectual de Olavo de Carvalho para o bolsonarismo. Reis aborda que, neste contexto de pandemia da COVID-19, as formulações olavista de negação da ciência interferem na maneira como o Presidente da República se relaciona com os protocolos científicos.

Lucio Oliver traz em seu artigo “Sociedad y Estado en la pandemia actual: análisis con Gramsci” uma importante análise sobre a crise orgânica na América latina acentuada pela pandemia da COVID-19. Oliver aponta que a presença do vírus, em geral, é um elemento que acentua os problemas da atual crise que vários países latino-americanos viviam antes deste contexto de pandemia.

Em “Gramsci e a construção/ativação da sociedade civil contemporânea”, Telma Cristiane Sasso de Lima aborda problematizações sobre o “atual processo político brasileiro cuja efervescência remonta, desde 2013, a protestos de diferentes matizes ideológicos, pautas e repertórios”. Lima apresenta, também, em seu texto a

atual deterioração político-cultural da sociedade civil brasileira, mostrando que os protestos são apenas uma das consequências de um período de crise orgânica.

No artigo “Capitalismo, trabalho e grupos subalternos: os impactos da Covid-19 na vida e saúde dos trabalhadores”, os autores Eliesér Toretta Zen, Douglas Christian Ferrari de Melo e Caio Costa Louback analisam as relações sociais capitalistas no contexto da pandemia da COVID-19 e os impactos na vida, saúde e trabalho dos grupos subalternos.

Zuleide Simas da Silveira em seu artigo, “Crises do capital, educação e (des)medidas conjunturais: uma análise sob a lentes de Antonio Gramsci”, analisa os rumos da educação no Brasil no contexto de pandemia de COVID-19. A autora traz elementos da crise estrutural, evidenciando a crise sanitária e os rumos da educação no contexto pandêmico.

O artigo “Políticas e tendências atuais para educação superior brasileira: desafios para a formação unitária”, de autoria de Júlia Fitaroni Moreira Dias, Cezar Luiz de Mari e Savana Diniz Gomes Melo, traz contribuições importantes neste contexto de ataque as universidades, a ciência, a autonomia universitária e aos valores coletivos de solidariedade. Os autores problematizam os limites para uma formação na perspectiva unitária e os desafios à formação intelectual das classes trabalhadoras.

O artigo de Elismar Bezerra Arruda, “O problema educacional em Mato Grosso complexificado pelo agronegócio e pela pandemia contradições e perspectivas”, recupera “o problema educacional no sentido de determinar o seu significado concreto na realidade mato-grossense, em que o Agronegócio se desenvolve como supremacia econômica e política”. O autor coloca que as atividades educacionais remotas trouxeram novos desafios para a Escola, sendo necessário se reinventar para demonstrar que a Educação Básica é um elemento estratégico para o desenvolvimento da sociedade de forma geral.

A Revista traz ainda quatro artigos na seção de Temas Livres, dois resumos de teses/dissertações, uma entrevista e uma resenha.

Apenas nos resta desejar uma boa leitura a quem passar por estas páginas, esperando que elas nos auxiliem a gerar o fortalecimento necessário do nosso estado de espírito para encarar este presente conturbado e fazer a travessia necessária à

construção de padrões superiores de civilidade, em comparação a este deserto que estamos cruzando.

Referências:

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

GAGO, Verónica; CAVALLERO, Luci. Dívida, moradia e trabalho: uma agenda feminista para o pós-pandemia. **Medium**, 18 abril 2020. Laboratório de Teorias e Práticas Feministas (PACC-UFRJ). Disponível em: <https://medium.com/laborat%C3%B3rio-de-teorias-e-pr%C3%A1ticasfeministas-pacc/d%C3%ADvida-habita%C3%A7%C3%A3o-e-trabalhouma-agenda-feminista-para-o-p%C3%B3s-pandemia-9776cad9c302>. Acesso em: 29 maio 2020.

LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo Lima Ribeiro. Crise e pandemia da COVID-19 – leituras interseccionais. In: LOLE, Ana; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo Lima R. (Org.). **Para além da quarentena**: reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p. 6-13. Disponível em: <https://morula.com.br/produto/para-alem-da-quarentena-reflexoes-sobre-crise-e-pandemia/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Arte & Ensaios** - revista do ppgav/eba/ufrrj, n. 32, p. 123-151, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 10 ago. 2020.